

“O Prof. Marclin apresenta de forma panorâmica as visões de diversos autores contemporâneos sobre a crise de identidade na Antropologia, dentre eles Michael Fisher, Teresa Caldeira e Roberto Cardoso. Focando-se no debate pró e contra a escola interpretativista, Marclin apresenta um quadro sintético de um dos temas de maior controvérsia na Antropologia contemporânea.”

Leonardo Nascimento

A crise dos paradigmas e a solução da Antropologia

Marclin Felix Moreira¹

Em qualquer situação de investigação de um fenômeno social um elemento é imprescindível, seja pela sua centralidade na produção científica, ou pelo fato de que sem ele a apropriação do real tende a carecer de rigor e escopo científico, igualando-se ao que é produzido, descompromissadamente, pelo senso comum. Este elemento é o método. O meio pelo qual chegamos, alcançamos e atingimos um objetivo.

Nas Ciências Sociais nossos objetivos têm apontado para o conhecimento dos fenômenos produzidos na esfera das relações humanas na sociedade. O caráter fugidio dessa realidade tem exigido um cuidado especial com o método utilizado para o seu estudo. Tem também gerado muitas celeumas e desacordos nos meios acadêmico-científicos.

Estes desentendimentos acirraram-se com aquilo que passou a se chamar crise dos paradigmas e a tão aclamada tese da dinâmica das revoluções científicas, postulações desenvolvidas por Thomas Kuhn² para tratar da história da ciência.

¹ Sociólogo e Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

² KUHN, T. “A estrutura das revoluções científicas”. São Paulo, Perspectiva, 1978.

Por outro lado iremos encontrar no pensamento de Michel Foucault³, o desdobramento de uma série de percepções acerca do papel do poder na construção do pensamento científico, o que trará inevitavelmente questionamentos sobre o campo de produção do conhecimento científico, bem como a sua credibilidade enquanto expressão da verdade. Obviamente as ciências sociais sofrerão um impacto duplicado com essa perspectiva Foucaultiana, tendo em vista as características que predominam na produção desse conhecimento, relacionadas à especificidade do objeto, que requer por sua vez, meios ou métodos, mais apropriados para a obtenção desse conhecimento.

Inserido nesse contexto iremos encontrar o historiador italiano Carlo Ginzburg⁴ questionando a maneira pela qual é produzido o conhecimento pelo antropólogo, fazendo uma analogia com o papel desempenhado pelo inquisidor medieval, que buscava antes confirmar as suas expectativas ao invés da verdade sobre os acontecimentos. A adequação dos fatos a uma perspectiva teórica pré-existente será, na ótica de Ginzburg, o fator que comprometerá o trabalho, tanto do inquisidor, como do antropólogo, no que diz respeito à busca da verdade.

Inserindo-se nesse debate, surgido ou alimentado com as perspectivas acima mencionadas, iremos encontrar no pensamento de Gisálio e Gizlene⁵ a preocupação com a crise que se instala nas ciências sociais, resultantes de modificações profundas e radicais que se verificam na realidade, obrigando os cientistas a rever seus métodos e suas teorias para que possam se entender melhor com o turbilhão de acontecimentos novos, principalmente a partir da segunda metade do século XX.

³ FOUCAULT, M. "As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas". São Paulo, Martins Fontes, 1992.

⁴ GINZBURG, Carlo "O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações". In: A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

⁵ CERQUEIRA FILHO, Gisálio e NEDER, Gizlene. "Emoção e Política: (a) ventura e imaginação sociológica para o século XXI". Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

Utilizando-se da perspectiva foucaultiana e do método indiciário de Carlo Ginzburg, aliados aos “renascimentos” experimentados pela psicanálise a partir de Lacan, Gisálio e Gizlene, irão primar pela atenção com o não dito, com o dado marginal. Com aquilo que não consta no dado oficial, que não habita a normalidade. O indício, tal qual se busca no romance detetivesco, é o que interessa aqui. É na busca desses dados e não em grandes construções globalizantes ou totalizantes, que está, para os autores, a chave para o entendimento de vários impasses colocados para o pensamento, com o advento de uma nova ordem de relações que se verifica no mundo.

Com essa perspectiva acima delineada pretendemos verificar o rebatimento desses acontecimentos na Antropologia, e verificar de quais maneiras esse impasse foi respondido.

Dessa forma em primeiro lugar partimos da noção de que existem na história da constituição da Antropologia, em particular, e das ciências sociais e humanas, de um modo geral, que são maneiras de se conhecer o mundo e o homem, formas de se apropriar da realidade, distintas das que se verificam na religião, no mito, etc. Assim, determinadas questões que têm sido alvo de constantes controvérsias, seriam em última instância, os princípios pelos quais estas diferenciações em relação às outras formas de apropriação da realidade se dariam.

Na intenção de buscar critérios definidores do status particular da disciplina Antropológica, e em que medida estamos falando de uma ciência ou de uma arte, ou então de uma ciência que não necessariamente se enquadre nos moldes positivistas definidores de ciência, e desse modo repensar os critérios de cientificidade no caso da Antropologia, bem como a dinâmica própria de desenvolvimento desta disciplina, é que veremos de maneira sintética algumas abordagens sobre as questões colocadas.

Tomando como ponto de partida o trabalho realizado por Thomas Kuhn, que ao estudar a ciência numa perspectiva histórica, apresenta o seu desenvolvimento marcado por um processo, segundo o qual, existiria um momento que ele define como pré-paradigmático, no qual diversas teorias científicas competem pela hegemonia no paradigma. Este seria, segundo o autor, o momento de formação de uma ciência. Posteriormente haveria um período de ciência normal, em que o paradigma dominante estaria ativo, proporcionando a acumulação de conhecimentos.

Quando começam a surgir anomalias, ou seja, questões empíricas para as quais não são encontradas respostas no paradigma vigente, têm-se um momento de crise, em que o paradigma é colocado em “xeque”, e, novamente, várias teorias lutam pela hegemonia, até que aquela que satisfizer melhor as questões que desencadearam as anomalias assuma o lugar de paradigma. A este processo Kuhn dá o nome de revolução científica.

E qual seria a importância desses relatos de Kuhn, para se pensar a Antropologia, considerando que o estudo feito pelo autor, toma a realidade das ciências naturais ou amadurecidas, e não trata necessariamente das ciências sociais, que estariam segundo estes critérios de cientificidade desenvolvidos pelo autor, em processo de amadurecimento, vivendo, portanto, o período pré-paradigmático.

A importância reside no fato de que, partindo do estabelecido por Kuhn, verificamos que longe de serem consideradas imaturas, as ciências sociais, e em particular a Antropologia, como muito bem demonstra Roberto C. de Oliveira⁶, transitam em um terreno diferenciado daquele das ciências naturais. Justamente por este motivo, trafegam por ares que irão dinamizar de forma completamente distinta a construção do conhecimento, no que tange às ciências sociais.

⁶ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “Tempo e tradição” in *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro/Brasília, Tempo Brasileiro/CNPq, 1988.

No sentido de buscar uma resposta para a indagação sobre o ser da Antropologia, e inspirado em Heidegger que o fez para com o ser da Filosofia, Roberto Cardoso de Oliveira, irá se valer do próprio instrumental antropológico para realizar o “espanto” de que fala o Filósofo. Como resultado de um “estranhamento” de si, que levaria a um auto-conhecimento, e responde à pergunta: o que é afinal a Antropologia? Esse estranho modo de conhecer.

Tomando como referência o trabalho de Kuhn, Roberto Cardoso irá divergir dele e apresentar uma matriz disciplinar diferenciando-a de paradigma, contrariando Kuhn, que os considera sinônimos. Nesse sentido, Roberto Cardoso, irá definir matriz disciplinar como sendo “a articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes. À diferença das ciências naturais, que os registram em sucessão - num processo contínuo de substituição -, na antropologia social os vemos em plena simultaneidade, sem que o novo paradigma elimine o anterior pela via das ‘revoluções científicas’ de que nos fala Kuhn, mas aceite a convivência, muitas vezes num mesmo país, outras vezes numa mesma instituição.”

Nessa matriz disciplinar Roberto Cardoso considerará as escolas em termos de tradição (intelectualista/empirista) e tempo (sincrônica/diacrônica), caracterizando o que seriam os fundamentos ou paradigmas dessas escolas. E mostrando que a tensão entre estes paradigmas, ao invés de apontar para uma crise, indica aquilo que define e distingue as ciências sociais das ciências naturais.

Em outra perspectiva, mas dentro da mesma discussão, Jeffrey Alexander⁷ ao considerar o processo de desenvolvimento do conhecimento sociológico, apresenta-o por meio da metáfora do pêndulo, segundo a qual haveria momentos de oposição e outros de integração, sem fazer referência a uma crise no sentido

apresentado por Kuhn. Considerando isto como a norma, como aquilo que define a especificidade das ciências sociais, comparadas às ciências naturais, ou seja, faz alusão ao caráter discursivo das ciências sociais como diferenciador fundamental no sentido que a controvérsia é inerente ao processo de conhecimento da mesma.

Outra consideração e que também contribui para distanciar a realidade de produção do conhecimento nas ciências sociais, daquela das ciências naturais, é a que é feita por Michael Fisher, “ao notar que a ciência social muitas vezes assume o caráter de duplicação ou repetição ao longo do tempo. Há, com freqüência, um retorno a uma era anterior em busca de textos inspiradores, mas como a história não é circular, e sim espiralada, a duplicação ou repetição nunca é a mesma, pois existe sempre uma nova faceta ou uma nova solução.”

Ao fazer esse movimento, de auto-análise, a Antropologia vai encontrar um aspecto fundamental, que a singulariza face às outras disciplinas sociais e que define mais propriamente o seu fazer antropológico, qual seja o elemento etnográfico, bem como o que lhe acompanha, o trabalho de campo.

Quanto ao elemento etnográfico, marcadamente inserido na Antropologia por Malinowsky, e que vai se tornar um traço distintivo quando da busca de identificá-la diante de outros campos de investigação social, será alvo de críticas veementes por parte dos pós-modernos, na figura dos interpretativistas (pós-Geertz), ou seguidores do paradigma hermenêutico, como classifica Roberto Cardoso. Esta escola pretende que toda produção antropológica passada está manchada pelo positivismo, e adotando uma postura de radical negação da tradição antropológica, irá pretender fazer, o que podemos chamar, pegando de empréstimo da teoria da administração, uma verdadeira “reengenharia da

⁷ ALEXANDER, C. Jeffrey – “O novo movimento teórico” in RBCS v.2 n.4, jun.1987, pp5-28.

Antropologia”, que zerando o calendário, começa como se nada houvesse sido feito e como se nada feito tivesse valor.

A escola Interpretativista põe em questão o caráter científico da Antropologia, considerando-a não científica; questiona a neutralidade do pesquisador, afirmando que não há neutralidade do pesquisador; discorda da existência de uma relação sujeito/objeto, e em seu lugar apresenta um tipo de relação sujeito/sujeito; e ao invés de modelos explicativos atemporais, propõe que se compreenda e traduza os fenômenos estudados.

Diante dessa postura radical, alguns antropólogos irão procurar situar a proposta interpretativista no contexto mais amplo da disciplina e apresentar argumentos que visam demonstrar a fragilidade e falsidade dos trabalhos desenvolvidos por essa escola, tanto por meio da análise crítica destes trabalhos, bem como pelo reconhecimento da validade dos instrumentais utilizados desde a instituição da Antropologia, como por exemplo, a etnografia.

A fim de salientar a crítica que Roberto Da Matta⁸ faz a essa escola Interpretativista, gostaria de chamar a atenção para o fato de ser apresentada uma distinção entre descrição e narrativa (feita por Luckács), a qual Da Matta se fia para, considerando-as associadas respectivamente ao estudo de grupos exógenos ou endógenos, fazer a defesa da etnografia e da postura autoritária que aparece no trabalho do etnógrafo, como resultado do trabalho com grupos exógenos dos quais se faz descrições. Da Matta utilizará este argumento, bem como o de que a Antropologia americana não olha para si mesma, com todos os agravantes daí decorrentes, como a principal arma para combater o caráter destrutivo da escola Interpretativista.

⁸ DA MATTA, Roberto. “Relativizando o interpretativismo” in Roberto Cardoso de Oliveira: Homenagem, Campinas, Edunicamp, 1992.

Embora não seja incisiva em sua crítica aos pós-modernos, como o foi Da Matta, Teresa Caldeira⁹, ao resenhar etnografias americanas recentes, constata o caráter experimental destas tentativas e a ausência de uma referência comum, uma linha explícita de orientação teórico-metodológica.

O seu artigo segue na realidade percorrendo algumas etnografias americanas produzidas nos últimos dez anos, nas quais irá identificar o tema das relações de poder perpassando a maioria dos trabalhos produzidos, comparando-os com a “antropologia política tradicional”, a fim de localizar rupturas epistemológicas realizadas pelos interpretativistas em relação aos cânones da Antropologia.

Teresa Caldeira verifica cinco mudanças nessas produções recentes em relação à “Antropologia Tradicional”:

1. Substituição dos estudos de instituições políticas, legitimação da autoridade, poder local, etc. pelo enfoque nas relações de poder expressas de maneiras mais sutis, ou seja, a “dinâmica das práticas culturais no seu embricamento com relações de poder, nas mais variadas formas e nos mais variados contextos da vida social.”
2. Mudança do estudo de sociedades e povos tribais, para o estudo da constituição do mundo moderno. Tendo como temas importantes: o encontro colonial, as interconexões de grupos e culturas, o estudo de sociedades e culturas contemporâneas no chamado terceiro mundo.
3. Tendência de alguns antropólogos de passarem do estudo de sociedades distantes e estranhas, para o estudo de suas próprias sociedades (repatriamento da Antropologia).
4. Ênfase nas análises históricas ao invés de análises sincrônicas.

⁹ PEIRANO, Mariza. “Os antropólogos e suas linhagens” e “A favor da etnografia” in *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

5. Crítica à sua própria prática antropológica, focalizando as relações de poder envolvidas na produção do conhecimento antropológico.

Essas mudanças verificadas por Teresa Caldeira são oportunas, no sentido que levantam questões impostas pela necessidade de se voltar o “olhar antropológico” para a própria sociedade, e mesmo as sociedades consideradas anteriormente exóticas, já não como isoladas e autônomas. Esta visão de totalidade integrada passa a dominar a pesquisa antropológica americana e faz surgir elementos que geram um estado de instabilidade na disciplina.

Esses problemas antes de representarem uma ruptura, são identificados por Roberto Cardoso como já presentes ou antigos na disciplina.

O que ocorre na realidade é que o advento do interpretativismo, ao invés de significar uma ruptura, é no entendimento de Roberto Cardoso, mais uma escola antropológica a compor a matriz disciplinar da Antropologia.

É importante salientar que a presença dos interpretativistas na discussão representa para Roberto Cardoso, como foi dito acima, mais uma escola para compor a matriz disciplinar, enquanto para Teresa Caldeira, um elemento de ruptura epistemológica com o passado da Antropologia. O que se verifica na realidade é que apesar da proposta de ruptura, os interpretativistas não se afastaram completamente da tradição antropológica e de certos antigos valores que definem de forma fundamental a disciplina: o trabalho de campo e o comparativismo.

Isso é o que procura demonstrar Mariza Peirano¹⁰ em seu texto, “A Favor da Etnografia”, ao contestar a obra de Nicholas Thomas, “Against Ethnography”, na qual em tom provocativo o autor, movido por questões políticas, segundo Peirano,

objetiva atingir os cânones da disciplina, numa perspectiva pós-moderna a qual se filia.

Peirano argumenta no sentido de que as dicotomias que os pós-modernos imaginam inaugurar na disciplina, fazem parte da história teórica da Antropologia (iluminismo x romantismo, ciência x arte, etc.) e que devendo estar ultrapassadas, renascem na fórmula positivismo x interpretativismo, cânone x pós-etnografia.

O fato de Peirano buscar na concepção de história espiralada das ciências sociais de Michael Fisher, a base para desmistificar o caráter de novidade que os pós-modernos pretensamente anunciam, credencia-a para alertar, numa justa preocupação com a “ressonância” dessas idéias no Brasil, que “modismos são freqüentemente daninhos; neste caso, quando se levanta a bandeira política, o potencial de chegar a nós de forma inadequada é ainda maior. É preciso cautela, portanto, especialmente porque, se os temas tratados por ele e por outros pós-modernos são indiscutivelmente pertinentes para a disciplina, nem sempre as soluções são sensatas.”

Tentando responder a uma indagação inicial acerca do lugar da etnografia e do modo particular de conhecer da Antropologia, acabei listando, de uma forma geral, alguns autores inseridos no debate emergente com o advento da escola Interpretativista.

Esse debate, além de trazer à tona questões pertinentes ao fazer antropológico, caracteriza-se pela capacidade de induzir, pelo seu caráter extremado, a uma reflexão aprofundada sobre o ser da Antropologia.

Embora a indagação que fiz inicialmente não se esgote conclusivamente a partir do que experimentei ao deter-me na discussão presente, pude tirar daí algumas

¹⁰ CALDEIRA, Teresa. “Antropologia e poder” in BIB, n. 27, São Paulo, Vértice/Anpocs, 1989.

lições que, sem dúvida, contribuíram para uma percepção mais clara da problemática em questão.

Preservo, assim, a noção de Matriz Disciplinar, proposta por Roberto Cardoso, aliada à noção de história espiralada das ciências sociais, apresentada por Peirano, ao citar Michael Fisher, como a forma mais conveniente para se traduzir o desenvolvimento experimentado pela Antropologia.

O caráter essencial de alguns instrumentos, como o trabalho de campo, a etnografia, o comparativismo, o estranhamento, etc., é fortemente justificado no intuito de singularizar a disciplina frente às outras formas de se conhecer a realidade.

E finalmente a possibilidade, nem sempre bem aceita, de renovar-se na convivência, na tensão e no diálogo entre os paradigmas, como sendo o caráter constitutivo e condição de desenvolvimento da disciplina antropológica.

Referências

ALEXANDER, C. *Jeffrey – O novo movimento teórico*. In: *RBCS*, v.2, n.4, jun.1987, pp5-28.

CALDEIRA, Teresa. *Antropologia e poder*. In: *BIB*, n. 27, São Paulo, Vértice/Anpocs, 1989.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Tempo e tradição*. In: *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro/Brasília, Tempo Brasileiro/CNPq, 1988.

CERQUEIRA FILHO, GISÁLIO e NEDER, GIZLENE. *Emoção e política: (a) ventura e imaginação sociológica para o século XXI*. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

DA MATTA, Roberto. *Relativizando o interpretativismo*. In: *Roberto Cardoso de Oliveira: Homenagem*. Campinas, Edunicamp, 1992.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

GINZBURG, Carlo. *O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações*. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

PEIRANO, Mariza. *Os antropólogos e suas linhagens; A favor da etnografia*. In: *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.